



GRUPO PARLAMENTAR

Exmo. Senhor
M.I. Presidente da Assembleia da República
Dr. Jaime Gama

MENCIONE-SE, PUBLIQUE-SE
E EXPEÇA-SE

19, 07, 2007

Requerimento n.º 1761/X-2.ª-AC

Chegou ao conhecimento do Grupo Parlamentar do PSD que os órgãos de gestão das escolas do ensino secundário da área da Direcção Regional de Educação do Centro, estão a ser ultimados a cancelar a oferta de Cursos de Educação e Formação.

O Grupo Parlamentar do PSD questionou a Senhora Ministra da Educação sobre a situação descrita no dia 11 de Julho de 2007 em sede de Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura.

A resposta, dada pelo Senhor Secretário de Estado da Educação, Valter Lemos, sobre a matéria foi pouco esclarecedora e muito evasiva.

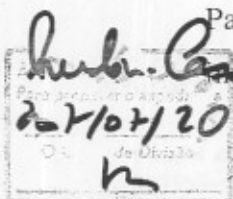
O Senhor Secretário de Estado da Educação referiu apenas que deveria tratar-se de uma medida tendo em vista o reordenamento da rede de oferta com o objectivo de evitar a multiplicação de cursos similares na mesma área geográfica.

Contudo, as questões que haviam sido colocadas não estavam de todo na implementação da medida, que é legítima, mas sim na forma como o Ministério da Educação organiza o ano escolar.

O centralismo crescente do Ministério da Educação ignora o trabalho daqueles que todos os dias são o seu melhor no terreno e impõe unilateralmente e extemporaneamente medidas que prejudicam o normal funcionamento das nossas escolas.

Muitas das escolas que têm estado a ser contactadas já tinham parcerias estabelecidas com empresas e outras estariam a divulgar as respectivas ofertas.

Para as escolas poderem candidatar-se, a rede teve que ser estabelecida e tiveram lugar várias reuniões com todos os envolvidos.



Depois das reuniões das redes, as escolas elaboraram as suas candidaturas pedagógicas que foram aprovadas pelos órgãos competentes. Só depois elaboraram as candidaturas financeiras que também foram aprovadas pelos órgãos competentes.

Posteriormente, os alunos começaram a inscrever-se nestes cursos e realizaram-se reuniões com os pais, e novas reuniões com as empresas envolvidas.

Subitamente, o Ministério da Educação comunicou às escolas que nada do que anteriormente havia sido feito, sustentado em decisões e informações da própria tutela, teria consequência.

Todos os que têm consciência do impacto que esta medida intempestiva tem junto da comunidade educativa e das próprias empresas estão consternados.

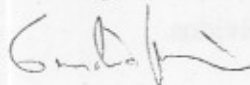
Assim, os deputados do PSD abaixo-assinados, requerem que, através de Vossa Excelência, a Senhora Ministra da Educação, preste informação sobre os seguintes aspectos:

1. É a Senhora Ministra da Educação responsável por uma decisão que altera intempestivamente a organização e planificação do próximo ano lectivo e o normal funcionamento das escolas?
2. Porque razão só agora está a ser comunicado às escolas que não terão Cursos de Educação e Formação, quando estas estão já numa fase muito avançada da planificação e divulgação dos cursos?
3. Porque razão a comunicação não está a ser feita formalmente às escolas, optando o Ministério da Educação a comunicar informalmente às escolas uma decisão tomada unilateralmente?

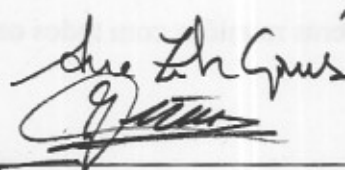
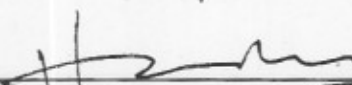
Lisboa, 19 de Julho de 2007

Os Deputados do PSD

Emílio
Azevedo



Francisco
Loureiro



ANA ZILDA
GÓES

Paulo
Santos